


## Conhecimentos contemporâneos na formação inicial docente para atuar em uma perspectiva educacional inclusiva e integral

 Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de Queiroz<sup>1</sup>,  Regiane da Silva Barbosa<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia – UFBA. Faculdade de Educação, Departamento I. Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n Vale do Canela. Salvador – BA. Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Autor para correspondência/author for correspondence: [fernanda.queiroz@ufba.br](mailto:fernanda.queiroz@ufba.br)

**RESUMO.** A educação inclusiva é um direito assegurado a todos no Brasil, e a formação pela perspectiva de uma Educação Integral busca um desenvolvimento abrangente e multidimensional das pessoas. Assim, a partir da questão de pesquisa: quais conhecimentos da área de educação especial na perspectiva inclusiva são considerados relevantes para a prática docente na contemporaneidade? O presente estudo tem como objetivo discutir conhecimentos contemporâneos na formação inicial docente para atuação em uma perspectiva inclusiva para a Educação Integral, a partir da percepção de estudantes de licenciaturas de uma universidade pública do nordeste brasileiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva que teve como participantes 165 estudantes de licenciaturas como, Pedagogia, Geografia, Química, Matemática, Letras e Bacharelado Interdisciplinar que responderam um questionário *online* após cursarem componente curricular da área de Educação Especial, ofertado em uma universidade pública do Nordeste. Os resultados evidenciam que os estudantes universitários consideram relevante conhecer, dentre outras temáticas, sobre Plano de Ensino Individualizado (PEI), Adaptação Curricular, Tecnologia Assistiva (TA) e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Temas que podem embasar a prática docente, contribuindo com o ensino de estudantes do Público-alvo da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva para a Educação Integral, atendendo a diversidade presente nas escolas.

**Palavras-chave:** formação docente, estudante universitário, educação inclusiva, educação integral, diversidade.

---

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e19385	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License  
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

## Contemporaneous knowledge in initial teacher training to perform in an Inclusive Educational perspective

**ABSTRACT.** Inclusive education is a right guaranteed to all in Brazil, and teacher training from the perspective of integral education seeks the comprehensive and multidimensional development of people. So, based on the research question: what knowledge in the area of special education from an inclusive perspective is considered relevant to contemporary teaching practice? This study aims to discuss contemporary knowledge in initial teacher training to work from an inclusive perspective for integral education, from the perspective of undergraduate students at a public university in northeastern Brazil. This is a descriptive qualitative study involving 165 students from undergraduate programs such as Pedagogy, Geography, Chemistry, Mathematics, Languages and Interdisciplinary Bachelor's degrees who answered an online questionnaire after completing a curricular component in the area of Special Education, offered at a public university in the Northeast. The results highlight that university students consider it relevant to know, among other topics, about the Individualized Education Plan, Curricular Adaptation, Assistive Technology (AT) and Universal Design for Learning (UDL). Themes that can be used as a basis for teaching practice, contributing to the teaching of Special Education students from an inclusive perspective for integral education, responding to the diversity present in schools.

**Keywords:** teacher training, university students, inclusive education, integral education, diversity.

## Conocimientos contemporáneos en la formación inicial docente para trabajar en una perspectiva educativa inclusiva e integral

**RESUMEN.** La educación inclusiva es un derecho garantizado a todos en Brasil, y su formación, desde la perspectiva de la educación integral, busca el desarrollo integral y multidimensional de las personas. Así, a partir de la pregunta de investigación ¿qué conocimientos en el área de la educación especial desde una perspectiva inclusiva se consideran relevantes para la práctica docente en la época contemporánea?, el presente estudio tiene como objetivo discutir los conocimientos contemporáneos en la formación inicial de docentes para trabajar en una perspectiva inclusiva para la educación integral a partir de la percepción de estudiantes de graduación de una universidad pública del noreste de Brasil. Se trata de una investigación cualitativa descriptiva que tuvo como participantes a 165 estudiantes de carreras como Pedagogía, Geografía, Química, Matemática, Literatura y Graduación Interdisciplinaria, quienes respondieron un cuestionario online luego de cursar el componente curricular del área de Educación Especial, ofrecida en una universidad pública del Noreste. Los resultados muestran que los estudiantes universitarios consideran relevante conocer, entre otros temas, sobre el Plan Educativo Individualizado (PEI), Adaptación Curricular, Tecnología Asistiva (TA) y Diseño Universal para el Aprendizaje (UDA). Temas que puedan apoyar la práctica docente, contribuyendo a la enseñanza de los estudiantes del Público de Educación Especial en una perspectiva inclusiva para la educación integral, teniendo en cuenta la diversidad presente en las escuelas.

**Palabras clave:** formación docente, estudiante universitario, educación inclusiva, educación integral, diversidad.

## Introdução

A legislação educacional brasileira atualmente é pautada a partir dos princípios dos Direitos Humanos e delineada de acordo com a perspectiva da Educação Inclusiva, a qual busca oferecer a escolarização com qualidade ao público que fora historicamente excluído de oportunidades educacionais, acolhendo e respeitando a diversidade existente no âmbito escolar. Dentre esse público, conforme o Decreto nº 7.611/2011, está o Público-alvo da Educação Especial (PAEE), que são os estudantes com Deficiência, seja física, intelectual, sensorial ou múltipla, os estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (atualmente, Transtorno do Espectro Autista – TEA) e com Altas Habilidades/Superdotação.

A perspectiva educacional inclusiva e a Educação Integral demonstram afinidade conceitual ao conceber a integralidade dos sujeitos e a valorização de suas potencialidades, considerando que todos podem aprender, independentemente de apresentar alguma deficiência ou vulnerabilidade social. Sob essa égide, a escola se revela um lócus importante para o desenvolvimento humano.

Para além da ampliação do horário escolar para 7 horas diárias ou 35 horas semanais, a Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023 instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, que se refere a uma Educação Integral voltada aos aspectos cognitivos, emocionais, éticos e físicos dos educandos, por meio da diversificação das atividades, integração com a comunidade local, recursos e infraestrutura adequada, além de materiais didáticos e investimento na formação de professores (Lei nº 14.640).

Especificamente no aspecto referente à formação de professores o Programa Escola em tempo Integral coaduna a resolução CNE nº 4 de 29 de maio de 2024 que regulamenta a formação inicial de professores e afirma que:

§ 3º A formação inicial de profissionais do magistério da Educação Básica deverá considerar a integralidade do sujeito em formação e do próprio fenômeno educativo, articulando as dimensões científica, estética, técnica e ético-política inerentes aos processos pedagógicos. (Resolução CNE n. 4/2024).

A referida Resolução, tem como função orientar e nortear mudanças nos currículos e em mecanismos de avaliação e regulação de cursos de formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica; e determina que a formação inicial deve oferecer conteúdos, atividades formativas e processos pedagógicos que permitam ao futuro professor

compreender as múltiplas formas de desigualdades educacionais, além de compreensão dos processos de ensino e aprendizagem e estratégias e recursos pedagógicos que favoreçam o aprendizado do conjunto do corpo discente, eliminando barreiras de acesso ao conhecimento (Brasil, 2024), ou seja, os futuros profissionais precisam aprender conforme o paradigma da educação inclusiva, considerando que todos somos diferentes, aprendemos de maneiras diferentes e isto precisa ser considerado no processo de ensino e aprendizagem, o qual precisa ser organizado considerando-se a acessibilidade.

A Resolução nº 4/2024 determina que os licenciandos devem reconhecer diferentes ritmos, tempos e espaços dos estudantes da educação básica, considerando dimensões psicossociais, histórico culturais, afetivas, relacionais e interativas. A partir destas orientações é possível depreender que no decorrer da formação inicial os graduandos precisam aprender a ensinar na diversidade, contudo, a resolução não especifica como viabilizar tais conhecimentos nos cursos de formação, se por meio de componentes curriculares específicos, se de maneira transversal, com qual carga horária, se em atividades de estágio obrigatório, etc, o que permite que cada Instituição de Ensino Superior (IES) se organize de maneira diferente.

Recentemente promulgada, a Portaria nº 748/2024 tem o intuito de garantir a participação escolar do público-alvo da Educação Especial, Educação Bilíngue de Surdos, Educação do Campo, Educação Escolar indígena e quilombola, Educação de Jovens e Adultos e outras modalidades educacionais nas escolas de Educação Integral, ofertadas em tempo integral, em observância às características, necessidades e singularidades das populações das modalidades educacionais, pela valorização de práticas educacionais inclusivas e formação continuada. A referida Portaria estabelece as estratégias, eixos estruturantes e ações complementares no âmbito do Programa Escola em tempo Integral voltadas a esse público (Portaria nº 748/2024).

Visando alcançar os docentes em exercício nas escolas de Educação Básica, a Portaria nº 748/2024 determina que a Educação Especial Inclusiva, bem como as outras modalidades educacionais devem ser abordadas em módulos específicos nos cursos de formação continuada e de desenvolvimento profissional promovidos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC).

A partir do exposto apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: quais conhecimentos da área de Educação Especial na perspectiva inclusiva são considerados relevantes para a

prática docente na contemporaneidade? Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir conhecimentos contemporâneos na formação inicial docente para atuação em uma perspectiva inclusiva para a Educação Integral, a partir da percepção de estudantes de licenciaturas de uma universidade pública do nordeste brasileiro.

Esta pesquisa se justifica pela atualidade de tais perspectivas, pois, ao implantar as escolas em tempo integral, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outras questões relativas ao acolhimento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação, bem como toda a diversidade encontrada na comunidade local são elementos que farão parte da rotina dos educadores e por isso, a relevância de se trabalhar os conceitos e conteúdos da área de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva na formação inicial dos professores.

### **Percurso metodológico**

Apresenta-se neste artigo um recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Componentes curriculares da área de Educação Especial e Inclusiva na formação inicial: apropriações e repercussões”, submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisas sob parecer n. 5.883.646. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva que teve como participantes 165 estudantes de licenciaturas como, Pedagogia, Geografia, Química, Matemática, Letras e Bacharelado Interdisciplinar que responderam um questionário *online* após cursarem componente curricular da área de Educação Especial, ofertado em uma universidade pública do Nordeste brasileiro. Para preservar suas identidades, os participantes foram nomeados pela letra P, seguida de um número atribuído na entrega do questionário.

O questionário foi elaborado pelas pesquisadoras, na plataforma *google forms* e distribuído aos participantes via plataforma *Moodle*, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Universidade e pelos grupos de *Whatsapp* das turmas ao final de cada semestre letivo dos anos de 2022 e 2023, após preencherem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O questionário foi elaborado pela Escala *Likert*, de um a cinco pontos, de menor à maior relevância para os seus conhecimentos e continha três questões abertas, nas quais os participantes puderam discorrer acerca de suas opiniões sobre os temas abordados.

Como critério de inclusão para participar da pesquisa considerou-se: ser estudante de graduação na universidade pesquisada que oferta tais componentes na área de Educação

Especial e Inclusiva e estar matriculado em um dos componentes da área de Educação Especial e Inclusiva, seja este ofertado de maneira obrigatória ou optativa. Como critério de exclusão não puderam participar estudantes que não estivessem devidamente matriculados nos componentes da área de Educação Especial e Inclusiva ofertados nos semestres mencionados.

Os graduandos de licenciaturas que cursaram o componente de Educação Especial e Inclusiva em 2022 e 2023 (quatro semestres) foram convidados a responder questionário com perguntas sobre os conteúdos trabalhados ao longo das aulas, o que resultou em 165 respondentes (56 no primeiro semestre de 2022, 34 no segundo semestre de 2022, 36 no primeiro semestre de 2023 e 39 no segundo semestre de 2023).

É importante lembrar que os participantes desta pesquisa eram de diferentes cursos e estavam em diferentes semestres, pois o componente de Educação Especial e Inclusiva ofertado pela referida universidade não é obrigatório para todos os cursos de licenciatura, uma vez que a legislação vigente não especifica de que maneira os conhecimentos da área serão contemplados em nível nacional, como discutido anteriormente, logo pode ser cursado em qualquer momento do curso.

A categorização temática oriunda das questões que compunham o questionário, se deu pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a partir das respostas dadas pelos participantes e discutidas a partir da legislação vigente e da perspectiva educacional inclusiva, Tecnologia Assistiva e Educação Integral, uma vez que estes organizam o atual sistema educacional.

## **Resultados e Discussão**

As respostas obtidas nos questionários foram lidas e organizadas em categorias de análise conforme as temáticas trabalhadas: Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), Adaptação e Flexibilização Curricular, Tecnologia Assistiva (TA) e Plano de Ensino Individualizado (PEI).

Compreende-se que os cursos de formação inicial precisam preparar os futuros professores para atuar na diversidade, e com a presença de estudantes PAEE na sala de aula regular é urgente que a inclusão escolar seja trabalhada na formação inicial de professores como pontuam Picolini e Flores (2024). Assim, as IES devem garantir “... a consolidação da educação inclusiva, por meio do respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da

diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, etária, entre outras;” (Resolução CNE/n. 4, 2024, p. 8).

Entretanto, embora a necessidade de o tema Educação Especial e Inclusiva estar presente nos cursos de formação inicial de professores nas IES seja de conhecimento, previsto desde a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, “ainda são escassas as disciplinas obrigatórias que abordam o tema” (Picolini & Flores, 2024, p. 120). Daí a necessidade de compreender como os graduandos que cursam componentes da área, ainda que por vontade própria, uma vez que os cursos de licenciatura, em sua maioria, ainda não ofertam disciplina da área de maneira obrigatória, entendem a disciplina e a contribuição dos temas abordados para a própria formação e futura atuação.

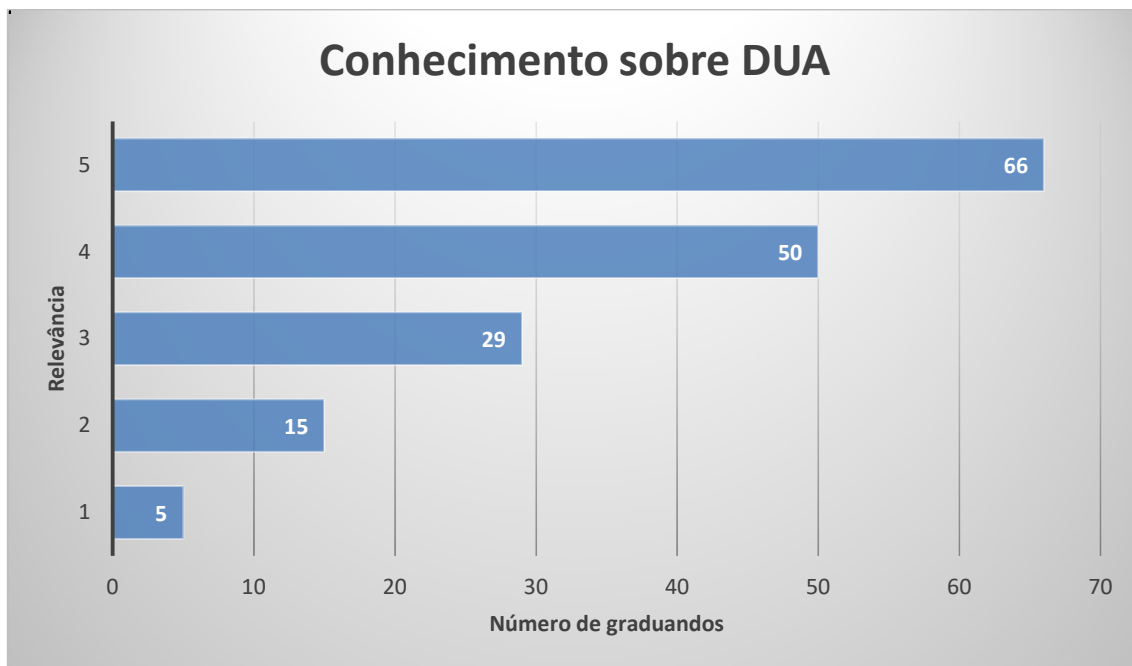
Compreende-se a necessidade de proporcionar aos futuros professores embasamento teórico que possibilite atuação na perspectiva inclusiva, daí a justificativa de inserir na ementa do componente temas que informam e contribuem com a prática em prol do aprendizado de todos, independente de condição de deficiência, transtorno ou dificuldade, como propõe o DUA e a acessibilidade curricular, desenvolvidas sob o conceito de adaptação e flexibilização curricular e TA.

O DUA, por meio do desenvolvimento de um currículo flexível e planejado a partir de princípios e diretrizes “possibilita acesso de todos ao currículo, independentemente de suas condições, respeitando as particularidades e os talentos dos estudantes, a partir do uso de estratégias pedagógicas/didáticas e/ou tecnológicas diferenciadas, incluindo a tecnologia assistiva” (Pletsch et al. 2021, p. 19).

Solicitamos aos participantes para avaliarem a contribuição do tema DUA para sua futura atuação como professor, atribuindo uma nota de 1 a 5, em que 1 é pouco relevante e 5 muito relevante. As respostas estão organizadas no gráfico 1.



Gráfico 1



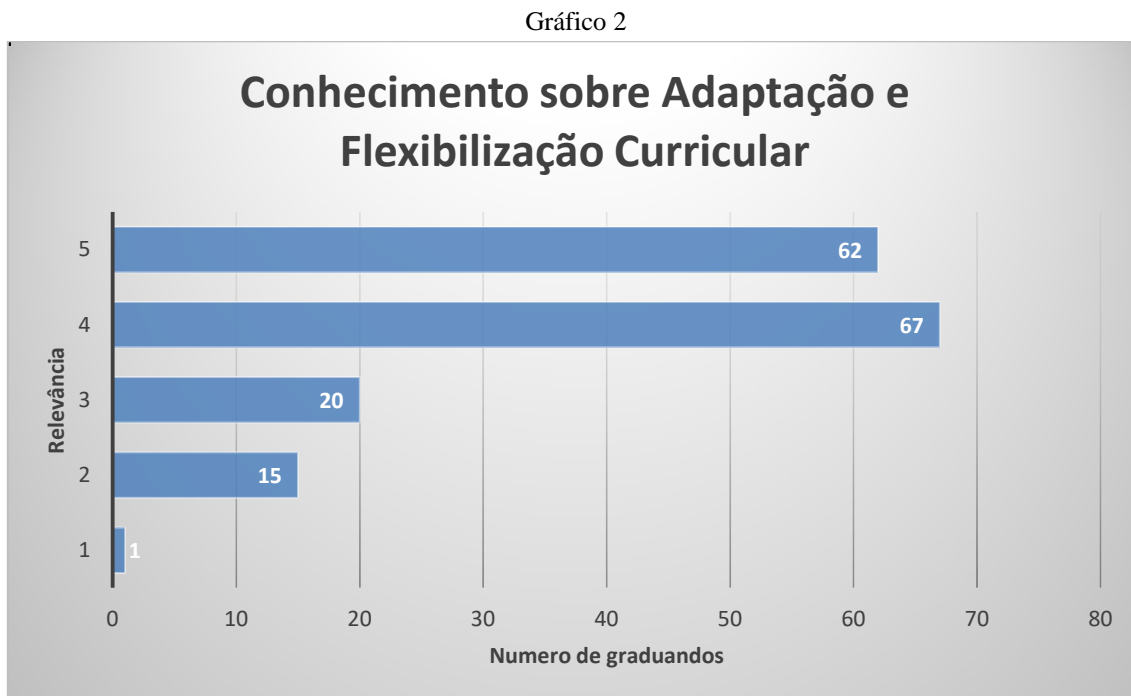
Fonte: elaborado pelas autoras

A maioria dos graduandos que responderam ao questionário considera que ter conhecimento sobre DUA é relevante para a atuação docente, como fica evidente na resposta de alguns participantes ao justificarem suas percepções: “É de extrema importância para qualquer pessoa obter esses conhecimentos, para entender melhor a subjetividade de cada pessoa e como ajudar da forma correta cada uma delas” (P35) e “A relevância desse tema tangencia a busca por inclusão de todos e a compreensão de que todos nós somos diferentes e a inclusão é o caminho a ser cada vez mais alcançado em todas as esferas da vida humana” (P80).

Considerar o DUA no planejamento e nas estratégias de ensino proporciona aos graduandos compreender que um mesmo conteúdo pode ser ensinado de diferentes maneiras, por meio de diferentes recursos, logo é preciso, que o professor conheça seus alunos, tenha definido o objetivo da aula, identifique as barreiras, ou seja, o que está dificultando ou impedindo o estudante de aprender/ participar da aula para remover tais barreiras, garantindo a aprendizagem do maior número de estudantes possível.

Para garantir acessibilidade na educação básica, o foco não deve estar nas limitações do estudante, mas no potencial de cada um, perspectiva também trabalhada e divulgada sob os conceitos de adaptação e flexibilização curricular.

Além disso, solicitamos aos participantes que avaliassem as contribuições do tema Adaptação e Flexibilização Curricular, atribuindo uma nota de 1 a 5, em que 1 é pouco relevante e 5 muito relevante. As respostas estão organizadas no gráfico 2, a seguir:



Fonte: elaborado pelas autoras

A maioria dos graduandos avaliou como relevante ou muito relevante aprender sobre adaptação e flexibilização curricular, como demonstram as respostas: “O conhecimento evita práticas excludentes e estigmas que podem ser reproduzidos em sala de aula, o conhecimento e entendimento sobre a diversidade e as suas especificidades auxiliam os docentes para sua prática pedagógica” (P29) e “Ficou claro como é importante conhecer o/a estudante, para que desse modo seja possível a construção de um currículo que contemple sua especificidade, ao mesmo tempo que não lhe negue a oportunidade de ter acesso aos conhecimentos construídos pela humanidade” (P15).

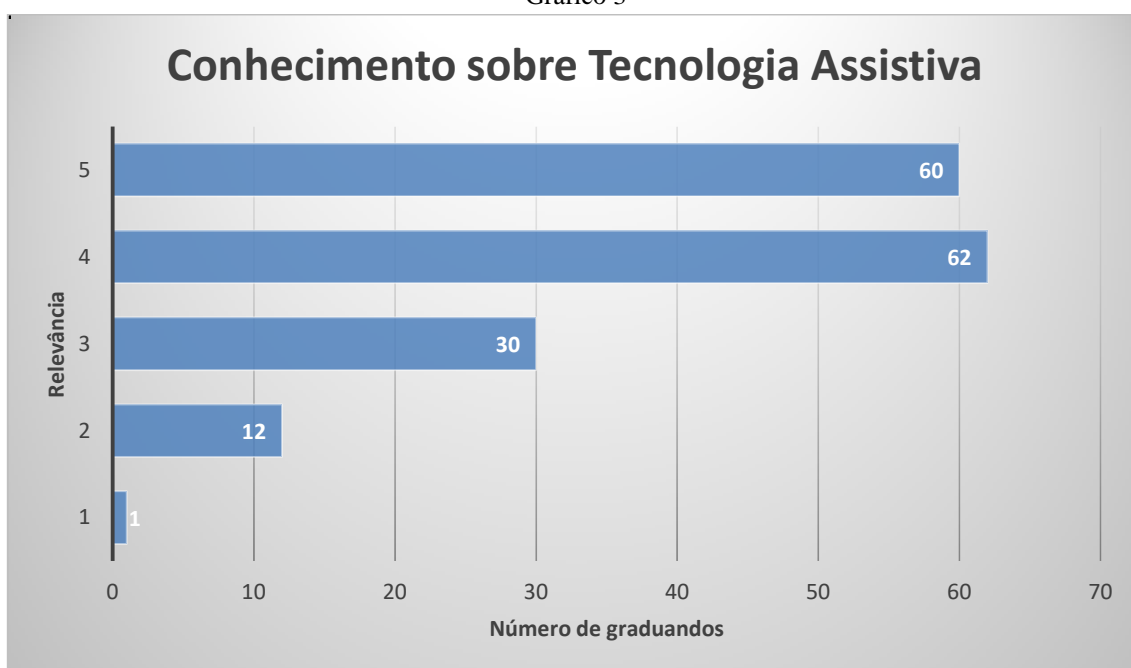
Diferente do DUA, a proposta de adaptação curricular considera as especificidades de cada estudante PAEE, e propõe organizar o ensino de modo flexível, sem desconsiderar o conteúdo previsto na BNCC, como pontua Heredero (2010).

As adaptações curriculares “podem ocorrer em diversos âmbitos: no projeto pedagógico da escola (currículo escolar), na sala de aula e nas atividades (no currículo desenvolvido ou no plano de ensino)” (Oliveira & Delou, 2023, p. 9), e muitas vezes os

graduandos não aprendem que é possível adaptar a prática, a maneira de ensinar para favorecer a aprendizagem de todos, o que faz com que professores tenham compreensão distorcida sobre o tema, subtraindo conteúdos e ou disponibilizando atividades diferentes aos estudantes PAEE, negando-lhes seus direitos de aprender com equidade. A flexibilização curricular consiste em selecionar objetivos de aprendizagem para responder às especificidades de cada estudante, enquanto a adaptação curricular consiste em realizar mudanças na prática pedagógica, seja por meio de recursos, tecnologia assistiva ou estratégias de ensino condizentes com as necessidades de cada estudante (Herederó, 2010). E, tais conhecimentos precisam fazer parte do repertório docente, pois são essenciais para a atuação na perspectiva inclusiva.

Solicitamos aos participantes que avaliassem as contribuições do tema Tecnologia Assistiva, atribuindo uma nota de 1 a 5, em que 1 é pouco relevante e 5 muito relevante. As respostas estão organizadas no gráfico 3.

Gráfico 3



Fonte: elaborado pelas autoras

Os graduandos consideram que o conhecimento acerca da TA é relevante e muito relevante, como demonstra a resposta: “Entender as conquistas das pessoas com Deficiência, e como incluí-las, oferecendo recursos, permitindo formas de exercerem de fato suas potencialidades foi fundamental” (P98).

Considerando a fala do participante e sendo a TA:

... uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (Comitê de Ajudas Técnicas, 2007).

Pode-se detalhar sobre o seu uso em âmbito escolar, conforme Queiroz e Melo (2021) apontam a importância da TA na mediação em atividades de alimentação; em situações de locomoção e atenção ao posicionamento dos estudantes para participar das atividades escolares; em atividades de higiene; em interações comunicativas e como potencializadoras do desenvolvimento humano, por meio de estratégias e aplicações práticas da TA em parceria colaborativa com os professores e outros profissionais.

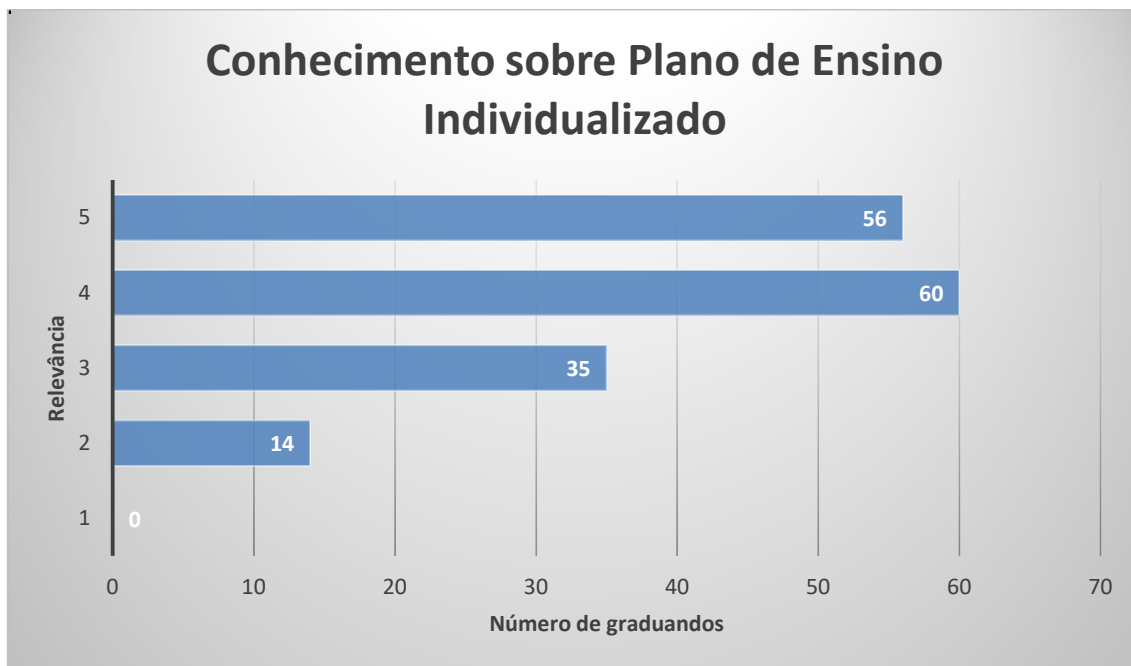
Além de adequar a prática para garantir educação para todos, o professor deve registrar as adequações realizadas e os recursos e ou TA utilizados de modo a garantir ao estudante PAEE o direito ao registro de seu percurso escolar, como prevê a LBI, o que tem se concretizado por meio do PEI, o qual pode ser definido como “um registro das diferenciações individualizadas que serão necessárias para ajudar o estudante a alcançar expectativas de aprendizagem para ele estipuladas”.

Ou ainda:

... um registro dos conhecimentos e das habilidades específicas do aluno e que permite identificar o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção às metas e traçar novos caminhos, se determinado programa não estiver permitindo atingir as metas estabelecidas para o estudante (Mendes & Valadão, 2018, p. 11).

Solicitamos aos participantes que avaliassem as contribuições do tema Plano de Ensino Individualizado (PEI), atribuindo uma nota de 1 a 5, em que 1 é pouco relevante e 5 muito relevante. As respostas estão organizadas no gráfico 4.

Gráfico 4



Fonte: elaborado pelas autoras

A maior parte dos estudantes considerou relevante aprender sobre PEI, tema presente no cenário educacional e motivo de dúvidas de professores e profissionais da educação, uma vez que ainda não temos em cenário nacional padronização do formato deste documento, somente das informações que devem ser contempladas nele.

Dentre as afirmações dos participantes destacamos a resposta: “Enquanto futuro professor, agora sei como agir, utilizando as Tecnologias Assistivas, o DUA, o PEI/PDI, e demais processos que são de minha responsabilidade profissional e de todos que defendem garantia de direitos para uma Educação Inclusiva, diversa, mais justa e com mais acesso e acessibilidade/mobilidade” (P103).

As respostas obtidas nesta pesquisa apresentam a percepção de um grupo de graduandos, de uma universidade, de uma dada região do país, que é vasto e diferente, mas contribui para refletirmos sobre o quanto ter acesso a temas e informações que possam vir a embasar a prática docente ainda na formação inicial é relevante e pode contribuir para um novo olhar para a diferença, acolhendo a diversidade em sala de aula. Assim, consideramos que mesmo sem diretriz nacional acerca de como formar futuros professores para atuar na perspectiva inclusiva, ao desenvolver um componente abarcando temas necessários para subsidiar a prática docente, como DUA, Adaptação e Flexibilização Curricular, TA e PEI, os graduandos compreendem melhor conceitos, informações e o que é inclusão.

A Resolução CNE nº 4 (2024, p.8) pontua que ao final do curso de formação inicial o egresso deve, entre outras coisas

... aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes, incluindo aqueles que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.

Logo, é necessário que conceitos como o de Educação Especial na perspectiva inclusiva, assim como, temas e estratégias de ensino para estudantes PAEE, como a proposição do DUA, as adaptações e flexibilizações curriculares, PEI e a TA para os estudantes que deles precisem, sejam desenvolvidos em componentes da área, atendendo a referida resolução, que de maneira vaga, determina que os cursos das IES deverão garantir nos currículos conteúdos sobre direitos humanos, Libras e Educação Especial.

Diante desses aspectos a Educação Especial na perspectiva inclusiva e a Educação Integral se constituem conhecimentos complementares aos futuros docentes que precisam estar preocupados com a integralidade de todos os aprendentes, reconhecendo e valorizando a diversidade dos sujeitos e de seus territórios, compreendendo esses, como espaços sociais educativos e desta forma possibilitar a aprendizagem de todos os estudantes (Escola em Tempo Integral, 2024).

Para possibilitar aprendizagem que atenda a todos e a cada um, a Escola Integral em Tempo Integral se preocupa com o cuidado aos estudantes, as experiências e vivências educacionais cotidianas desenvolvidas pelo grupo de estudantes (Escola em Tempo Integral, 2024). Assim, considera-se necessária à promoção do saber sobre AEE, acerca das adaptações e flexibilizações curriculares, DUA, bem como a elaboração do PEI e/ou a oferta de TA para que os estudantes PAEE participem das atividades escolares, acessando o currículo em condições de equidade com seus pares.

Enquanto não temos resoluções e legislações que organizem de maneira mais específica e clara a formação inicial de professores, é necessário refletir acerca dos conhecimentos e informações que podem embasar a prática docente na diversidade, na perspectiva inclusiva na Educação Integral, pois não é suficiente apenas garantir matrícula dos estudantes PAEE na escola e ou reorganizar o tempo dos estudantes na escola, mas fazer com que os professores possam respaldar a prática de modo a garantir aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, articulando saberes para compor a educação integral.

## Considerações finais

As considerações dos participantes nos permitiram aprofundar as discussões acerca dos conhecimentos contemporâneos essenciais para a formação inicial docente para atuação em uma perspectiva inclusiva na Educação Integral. Assim, identificou-se que atualmente a formação inicial não fornece conhecimentos essenciais para o trabalho docente acerca das temáticas da Educação Especial Inclusiva para todos os licenciandos, devido à existência de componentes curriculares optativos e não obrigatórios acerca da temática, que permitem que professores continuem se formando sem acessar as concepções e prerrogativas da área.

Para atuação em uma Escola Integral, considerando não somente o tempo integral, mas, a visão da integralidade dos estudantes, buscando desenvolver seus aspectos socioemocionais, cognitivos, físicos e éticos para uma participação plena na sociedade, tais conhecimentos são necessários. Dessa maneira, os docentes que não trabalharam essas temáticas na graduação estariam em desvantagens frente as possibilidades de desenvolvimento das estratégias de ensino para estudantes PAEE em uma escola de educação integral, na qual, não há a possibilidade de contraturno escolar para oferta do AEE, devido a própria carga horária, devendo ser estruturadas outras formas de atendimento às necessidades educacionais deste público.

Sobretudo, conclui-se que é importante pensarmos nas matrizes curriculares dos cursos de formação inicial que respondam às necessidades de atuação docente, avaliando constantemente os conhecimentos teóricos e práticos, e difundindo conhecimento acerca do assunto, como propomos nesta pesquisa, que por suas limitações, não traz respostas, mas apresenta possibilidades e reflexões.

## Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. (E. 70. (Obra original publicada em 1977), Ed.). Lisboa: Trad: L. de A. Rego & A. Pinheiro

Comitê de ajudas técnicas (2007). *Ata VII reunião do comitê de ajudas técnicas- CAT CORDE / SEDH realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007*. Brasil, Brasília. Recuperado de: [http://www.assistiva.com.br/Ata\\_VII\\_Reunião\\_do\\_Comite\\_de\\_Ajudas\\_Técnicas.pdf](http://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.pdf)

Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 (2011). *Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. Brasília. Brasil Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)

Escola em tempo Integral (2024) Módulo 2: Fundamentos da Educação Integral. Coleção: Texto de referência para a Formação Continuada de Secretários (as) de Educação e Equipes Técnicas de Secretarias no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília – DF. Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação.

Herederer, E. S. (2010). A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum. Education*, 32(2), 193-208.

Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023 (2023, 31 de julho). Instituiu o Programa Escola em Tempo Integral). Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Recuperado de: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm)

Oliveira, W. M., & Delou, C. M. C. (2023) Práticas Curriculares no âmbito da educação inclusiva: acessibilidade curricular, adaptação curricular e terminalidade específica. *Revista Educação Especial*, 36(1), 1-26.

Picolini, B. R.A. & Flores, M. M. L. (2024) A formação de professores para atuação com os alunos público alvo da educação especial *Revista sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*, 13(1), 119 – 137.

Pletsch, M. D., Souza, I. M. S., Rabelo L. C. C., Moreira S. C. P. C., & Assis, A. R. (2021) *Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem* (1ª ed.) Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia.

Portaria nº 748 de 29 de julho de 2024. *Estabelecer estratégias, eixos estruturantes e ações complementares no âmbito do Programa Escola em tempo Integral*. Diário Oficial da União. Ministério da Educação. Brasil. Brasília. 2025. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-748-de-29-de-julho-de-2024-575302146>

Queiroz, F. M. M. G., & Melo, M. H. S. (2021). Profissional de apoio como mediador da tecnologia assistiva no ambiente escolar. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, 16(esp.4), 3122–3137. <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.4.16071>

Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Recuperado de: <https://www.unirg.edu.br/arquivos/documentos/Pedagogia/2024/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%2004%20-2024.pdf#:~:text=Title:%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%20CP%20N%C2%BA%204,%20DE%2029%20DE%20MAIO%20DE...MAIO>



Tannús-Valadão, G., & Mendes, E. G. (2018) Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira de Educação*, 23(1), 1-18. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230076>

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 06/10/2024  
Aprovado em: 20/11/2024  
Publicado em: 11/12/2024

Received on October 06th, 2024  
Accepted on November 20th, 2024  
Published on December, 11th, 2024

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

#### Article Peer Review

Double review.

#### Agência de Fomento

Não tem.

#### Funding

No funding.

#### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Queiroz, F. M. M. G., & Barbosa, R. S. (2024). Conhecimentos contemporâneos na formação inicial docente para atuar em uma perspectiva educacional inclusiva e integral. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e19385.

ABNT

QUEIROZ, F. M. M. G.; BARBOSA, R. S. Conhecimentos contemporâneos na formação inicial docente para atuar em uma perspectiva educacional inclusiva e integral. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 9, e19385, 2024.